

ECOS IMPERIALISTAS NA AMÉRICA LATINA: A GUERRA CONTRA O PARAGUAI

ECOS IMPERIALISTAS EN LA AMÉRICA LATINA: LA GUERRA CONTRA PARAGUAY

José Rubens Mascarenhas de Almeida

UESB/MP/GEILC/joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira

GEILC/paulotarso.ssa@hotmail.com

Ramon Trindade Pellegrini

PPGMLS/GEILC/negao_pg@hotmail.com

Resumo

Este artigo reflete uma perspectiva de análise para além da história oficial acerca do imperialismo inglês na América Latina – mormente na Guerra contra o Paraguai (1864-1870) que confrontou Império do Brasil, Argentina e Uruguai, contra a nação guarani. Em nome da “civilização” e do “livre comércio”, o imperialismo inglês patrocinou o genocídio do povo paraguaio sob o manto da *Pax Britânica*, utilizando-se da guerra como instrumento de desestabilização econômica e política da Região do Prata, com o fito de concretizar do domínio do Cone Sul. O processo teve, como consequência, a aniquilação do Paraguai e sua submissão econômica.

Palavras-chave: Imperialismo. Pax Britânica. Guerra contra o Paraguai.

Resumen

Este artículo refleja una perspectiva de análisis más allá de la historia oficial sobre el imperialismo británico en América Latina – especialmente en la guerra contra el Paraguay (1864-1870) que enfrentó al Imperio del Brasil, Argentina y Uruguay contra el pueblo guaraní. En nombre de la "civilización" y "libre comercio", el imperialismo británico patrocinó lo

genocidio del pueblo paraguayo, bajo el manto de la Pax Britannica, utilizando la guerra como instrumento de desestabilización económica y política de la Región del Plata, con el objetivo de materializar el dominio del Cono Sur. El proceso tuvo, en consecuencia, la aniquilación del Paraguay y la imposición de su sumisión económica.

Palabras-clave: Imperialismo. Pax Británica. Guerra contra el Paraguay.

A história dos subjugados

Muito se escreveu sobre a Guerra contra o Paraguai (1864-1870). No entanto, nas produções acerca do fenômeno, a questão participação ativa – ou não – da Inglaterra – principal potência imperialista no século XIX – no conflito tornou-se motivo de discussões entre correntes historiográficas que se forjaram no processo de investigação científica.

Fugindo de uma abordagem positivista e culturalista do processo, evidenciamos aqui a opção por uma abordagem a partir da totalidade. Assim, começamos por ressaltar que a relação entre a América Latina e o imperialismo britânico começou muito antes do conflito, e num cenário econômico – e consequentemente político – que envolveu todo o cone sul da América. Tal relação, a História registra, perpassava o auge do processo colonial e se dava através de relações que envolviam a metrópole portuguesa e a Inglaterra. Em dezembro de 1703, o embaixador inglês John Methuen demonstrou a Portugal o que mais tarde seria sacramentado como política em tempos de *Pax Britannica*: o livre comércio aliado do imperial-capitalismo. Como um acordo efetuado em tempos de acumulação primitiva, o Tratado de Methuen acabou por ser desfavorável a Portugal. Os tecidos ingleses confeccionados com técnica apurada, paulatinamente extinguíram os teares ibéricos. O prestígio na exportação de vinhos não era satisfatório para o equilíbrio da balança comercial portuguesa.

Com o passar do tempo, Portugal foi perdendo quase todas as suas manufaturas e a nação governada por Carlos II passou a importar grandes quantidades de produtos industrializados da Inglaterra, consolidando uma dependência econômico-financeira que logo bateu à porta da colônia portuguesa, o Brasil – responsável por pagar as contas da metrópole europeia. Sobre isso afirma Eduardo Galeano:

Em troca de algumas vantagens para seus vinhos no mercado inglês, Portugal abria seu próprio mercado, e o de sua colônia, às manufaturas britânicas. [...] Não era com vinho que se pagavam os tecidos ingleses, mas com ouro, com o ouro do Brasil, e neste processo ficariam paráliticos os teares de Portugal. Portugal não se limitou a matar o embrião de sua própria indústria, mas também, de passagem, aniquilou os germes de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil (GALEANO, 1978, p. 40).

O resultado do Tratado de Methuen acabou por sacramentar a dependência de Portugal em relação à Inglaterra. Conseqüentemente, o Brasil também ficou sujeitado às condições de atrelamento econômico que implicava tal situação. Afirma Nelson Werneck Sodré que importância

atribuída ao Tratado de Methuen em todos os estudos de história econômica [...] fundou-se em três pontos curiosos [...] motivo do declínio luso ou da condição de subalternidade portuguesa no desenvolvimento comercial do mundo moderno: asfixiou as indústrias lusas; converteu em vinhas as terras de pão; levou para a Inglaterra o ouro do Brasil (SODRÉ, 1969, p.37).

A quantidade de riquezas extraídas das minas brasileiras que permaneciam no território nacional era ínfima, e a que chegava aos portos lusitanos e continuava por lá também era irrisória, se comparada ao maior beneficiário dessa relação, a Grã-Bretanha.

Um século se passou desde o Tratado de Methuen e Portugal e sua colônia continuava abastecendo os cofres ingleses com quantidades vultosas de metais preciosos. Como afirma Galeano (1978, p. 41), “a entrada de ouro brasileiro alcançava 50 mil libras por semana em alguns períodos. Sem esta tremenda acumulação de reservas metálicas, a Inglaterra não teria podido enfrentar, posteriormente, Napoleão” na batalha que iniciou com a *Pax Britannica*.

Com as dívidas alcançando patamares exorbitantes a cada dia, e, tendo sua reserva intrinsecamente ligada aos manufaturados britânicos, a metrópole portuguesa caminhou junto com sua colônia à dependência econômica, fato preponderante no direcionamento do conflito contra o Paraguai décadas depois.

O domínio imperialista se estende à região do Prata

O fim do Antigo Sistema Colonial, após grande relutância da metrópole hispânica, transferiu o poder anteriormente outorgado ao Vice-Reino do Peru para Buenos Aires.

Tratava-se de um novo modelo econômico ganhando terreno no lado daquele colonial espanhol da América Latina. Como cita Sodré (1969, p. 55): “A nova organiza o surge, assim, em prejuízo da antiga, que tinha Lima como sede”.

Diferentemente dos objetivos que regiam Lima e México, as atividades portuárias de Buenos Aires começou a se expandir tendo como principal base econ mica comercial a pecuária. O contacto com o exterior passou a intensificar-se com a produ o crescente de couro, principal motiva o para a aliança entre os dois pilares econ micos que sustentavam a economia portenha: a atividade pecuarista dos senhores estancieros e os comerciantes. Essa jun o favoreceu interesses de ambos os setores, afinal, tendia a um comércio mais controlado na região, e o couro seria o produto a ser negociado. Isto fez com que a economia mercantilista, naquela região, abarcasse toda faixa litorânea das localidades servidas pelos rios e roteiros terrestres.

Sempre atentos aos seus interesses na parte sulina das Américas, os ingleses, por intermédio de Portugal e Brasil – já subalternos   economia brit nica –, explicitam suas inten es de penetra o no Prata. Como afirma Sodré, a luta para a manuten o da Col nia do Sacramento – região marcada “para possibilitar o desenvolvimento da atividade clandestina [...] com destacada fun o” (1969, p. 62) –, permitia não apenas exercer ativo contrabando no estuário como a apropria o das pastagens e dos rebanhos da Banda Oriental, configurando-se uma das tentativas mais claras de penetra o anglo-lusitana nos mercados platinos.

Aos poucos, a Grã-Bretanha foi se adentrando na área comercial daquela comarca, monopolizando os lucros de alguns contratos que outrora havia dividido com a França. Logo, Buenos Aires se converteu na maior feitoria sul-americana de escravos da Inglaterra. Em troca cederia terras ao capital estrangeiro. Isto, cremos, resume a forma como o capital monop lico brit nico circulava nas terras da antiga coloniza o hispânica. O que veio a seguir foi   paulatina dissemina o do ideário liberal no estuário platino, o que enchia os olhos ambiciosos do imperialismo inglês.

Um genocídio divisor de águas bélico-econ mico na América Latina

A história militar das Américas retrata a Guerra da Tríplice Aliança como marcada por registros dos mais t rriveis crimes de guerra já ocorridos na humanidade. Tal fen meno representou o extermínio quase que total da sociedade paraguaia, numa campanha marcada

por uma carnificina com requintes de crueldade que não levou em conta nem mesmo os protocolos de guerra. Para Chiavenato, “uma compreensão dialética entre a crueldade, a natureza da guerra em face às necessidades históricas e o crime de guerra em si – uma ação criminosa sem justificativa histórica” (1988, p. 140).

Fato é que esse episódio da história militar do continente constituiu-se parte de um conjunto de guerras que caracterizaram a emergência e o desenvolvimento do imperial-capitalismo inglês na América do Sul. Nas palavras de Hobsbawm, “o próprio processo de expansão capitalista global que multiplicava as tensões no mundo não europeu, as ambições do mundo industrial e os conflitos diretos e indiretos dali surgidos” (1982, p. 92).

O Paraguai teve, como saldo da guerra, o genocídio de sua população, perdas territoriais, a dissolução do seu modo de produção, a privatização de suas terras, tendo ainda que arcar com ressarcimentos do conflito, sendo forçado a contrair sua primeira dívida externa. Para Sodré:

A chamada questão platina, com os seus episódios militares inclusive, é a longa história da luta da Inglaterra para dominar o mercado sulino, e tem o seu último ato, com a participação brasileira, na guerra com o Paraguai, quebrando o isolamento em que o vinham mantendo os governos de Francia e dos Lopez. Claro que não foi esta a causa única da questão platina, mas a fundamental (1969, p. 65).

Tais consequências causaram à nação paraguaia uma completa destruturação político-social, com destaque para a fome como uma das mais terríveis mazelas do pós-guerra, provocando severo sofrimento aos sobreviventes, como registra Taunay:

Daquellas bandas têm chegado numerosas famílias paraguayas em estado peor, se possível fôr, do que as outras anteriormente salvas. Verdadeiros cadáveres ambulantes, roídos pela fome, trazem consigo ossos carcomidos com que procurão fazer caldos ou laranjas azedas, que poupão como alimento saboroso e de ultimo recurso. Essas desgraçadas creaturas, niveladas com os brutos pelo soffrer incessante, accumulão-se junto aos depósitos do fornecimento e ahi ajuntão do chão, grão por grão, o milho ou arroz que caia das saccas (1870, p. 300).

O Paraguai que, segundo Chiavenato, no início da guerra apresentava uma população de 800.000 habitantes, foi reduzido a cerca de vinte e cinco por cento desse contingente, restando apenas 194.000 sobreviventes; destes, 180.000 eram mulheres. A população

paraguaia, antes da guerra, é importante ressaltar, teve 99,47 por cento dos homens em idade produtiva, aniquilados (1988, pp. 158-159). Tais dados, contestados pela corrente neorrevisionista¹, no entanto, qualquer historiografia que tenha respeito pela verdade histórica não pode negar o genocídio guarani como fato. Além do mais, não faltam provas testemunhais e fontes históricas primárias confiáveis que revelam as atrocidades e sua profundidade no episódio, a exemplo do oficial do exército paraguaio, Juan Crisóstomo Centurión, sobrevivente do conflito, que vivenciou o processo e testemunhou o extermínio de sua tropa e a grande maioria da população guarani. Centurión relata que

La soldadesca brasileira cometió muchos abusos; mato inútilmente y con indecible crueldad a muchas personas indefensas, y finalmente, para colmo de atrocidad, prendió fuego al campamento, muriendo carbonizados, i enfermos e heridos que yacían en los ranchos y pajonales! (2005, p. 212).

Por esse viés, o ideal civilizatório propagado pela Tríplice Aliança, que tinha como objetivo “libertar” o povo guarani do jugo opressor de Solano Lopez, na tessitura da carta do tenente-coronel Manoel Antônio da Cruz Brilhante, endereçada ao coronel João Sabino de Sampaio Menna Barreto, revela a extrema frieza dos militares aliados quando descreve o resultado do extermínio do povo paraguaio.

A calcular-se pela precipitação da fuga do inimigo em numero de 3,000 homens, pelos cadáveres sobre que pisávamos, de homens de todas as idades, desde o menino de oito annos até o macrobio, e de mulheres de todas as idades também, cujo numero dos cadáveres masculinos excedia a mil (COSTA, 1871, p. 377).

Outra prova histórica que evidencia o massacre é o próprio boletim informativo do Exército Brasileiro sobre as operações militares contra o Paraguai, fornecendo subsídios para entender o atroz genocídio perpetrado no conflito:

Direi que entre os cadáveres encontrados no terreno do combate acharam-se os de aleijados e feridos não curados ainda, e o de um menino de 11 a 12 annos que havia soffrido anteriormente uma amputação no braço esquerdo, e foi obrigado a combater com uma espada que ainda apertava em sua mão direita (TUNAY, 1870, p.137).

Em outra comunicação, agora no quartel de Villa Franca, o *Marquez de Caxias*, ao deixar patente o caráter “civilizatório” do conflito, buscava dar uma tonalidade humanitária ao genocídio. Seu discurso, altamente ideologizado, apropria-se das principais instituições da formação social brasileira (a República, a Bandeira Nacional e a Igreja Católica, cobertos pelo manto do nacionalismo) para sacramentar a Guerra contra o Paraguai como uma ação necessária e atribuir a Solano López as consequências do conflito, demonizando o ditador. Registrou Caxias:

Os que tivessem commigo observado o que acabo de descrever, no solo de uma republica que se diz regida por livres instituições, e em um paiz que se proclama catholico, haviam convencer-se de que o mais irreconciliavel inimigo, que o infeliz povo paraguayo tem tido e tem, é o seu actual dictador, Francisco Solano Lopez. Elles seriam os primeiros a declarar que as potências aluadas, independentemente da vingança das injurias feitas ás suas bandeiras,- cumprem, tratando de livrar o Paraguay de Lopez, a mais santa e justa missão que o catholicismo, a humanidade e a civilização lhes podia confiar (apud COSTA, 1871, p. 23).

Os crimes de guerra

A “Guerra do Brasil”, como é conhecida no Paraguai, foi palco de inúmeros crimes contra a humanidade, delitos pouco abordados pelos historiadores brasileiros, talvez por influências da herança da historiografia republicana – preocupada com a consolidação de uma identidade nacional – que moldava as narrativas do conflito à ideologia do nacionalismo, exaltando os militares brasileiros como heróis libertadores do Paraguai. Partindo da concepção de que a história é contada pelos vencedores, tal versão republicana da história “despreocupou-se com as razões e os cenários sociais e nacionais da Guerra, privilegiando a apresentação cronológica do confronto, definido como choque entre a *civilização* [o Império] e a *barbárie* [o Paraguai]” (MAESTRI, 2003, p. 4).

Era praxe as tropas brasileiras capturar combatentes paraguaios que negavam a lutar contra seus próprios compatriotas – muitos destes familiares. A maioria dos prisioneiros de guerra era agregada à infantaria dos batalhões e empregada no teatro de operações, sempre na vanguarda das tropas, bem na linha de frente dos embates. O suíço Ulrich Lopacher, testemunha ocular da tomada do Forte de Humanitá, integrante forçado das forças armadas da Argentina presenciou um marcante episódio da guerra. Chiavenato registra que

Durante a rendição dos de Humaitá aconteceu algo notável: um dos que se rendiam abandonou de imediato a seus companheiros, se precipitou, como louco, sobre um dos nossos e o abraçou, o beijou e não quis desprender-se dele: era um sargento da artilharia da fortaleza. Aconteceu que este sargento era uma sargenta em uniforme de artilheiro e que havia participado do sítio na Fortaleza de Humanitá. Nosso companheiro, um paraguaio, era seu marido e lutava, *como prisioneiro* (LOPACHER Apud CHIAVENATO, 1988, p. 144).

Doenças e epidemias fizeram parte estratégica do contexto genocida da campanha, numa guerra bacteriológica contra o povo guarani. O General Mitre entregava os prisioneiros de guerra às tropas paraguaias, os seus irmãos de armas, contaminados por doenças infectocontagiosas; contaminava os rios com cadáveres coléricos, disseminando a doença entre as populações ribeirinhas e os militares paraguaios, causando grande número de mortos. O Duque de Caxias, em correspondência confidencial ao imperador D. Pedro II, datada de 18 de setembro de 1867, relata como costumava agir juntamente com Mitre na contaminação dos rios:

O general Mitre está resignado plenamente e sem reserva as minhas ordens; ele faz quanto eu lhe indico, como tem estado muito de acordo comigo, em tudo, ainda enquanto a que os cadáveres coléricos, se joguem nas águas do Paraná, já da esquadra como de Itapiru, para levar o contágio às populações ribeirinhas, principalmente às de Corrientes, Entre Rios e Santa Fe que lhes são opostas (Apud CHIAVENATO, 1988, p. 145).

A venda de civis e prisioneiros de guerra como escravos, pelas tropas aliadas, tornou-se um lucrativo negócio para o Exército Brasileiro. Em carta destinada ao Vice-presidente da Argentina, Marco Paz, datada de 4 de outubro de 1865, o general Mitre descreve como os militares brasileiros conduziam os negócios:

Nosso lote de prisioneiros em Uruguaiana foi mais de 1400. Estranhará a V. o número, que deveria ser maior; mas a razão é que, por parte da cavalaria brasileira, houve no dia da rendição tal roubo de prisioneiros, que pelo menos arrebatarem de 800 a 1000 deles, o que mostra a você a desordem dessa tropa, a falta de energia de seus chefes e a corrupção dessa gente. *Pois os roubaram para escravos*; até hoje mesmo andam roubando e comprando prisioneiros do outro lado (Apud CHIAVENATO, 1988, p. 146).

Ao analisar os crimes de guerra ocorridos na Guerra contra o Paraguai, é impossível não se reportar ao sanguinário Conde d’Eu que, no final do conflito, assumiu o lugar do Duque de Caxias, comandando o Exército Brasileiro no teatro de operações da campanha. Em menos de um ano à frente das tropas, o Conde estampou com sangue o seu nome na história das guerras. Acosta Ñu é cenário do mais sórdido crime de guerra cometido por ele, sendo a verdadeira representação do holocausto guarani. A batalha foi marcada pela disparidade de forças entre as partes, e, “a pesar de esa inmensa desproporción, los paraguayos sostuvieron la lucha hasta las 5 de la tarde; es decir, que 20.000 hombres lucharon durante 8 horas contra 4.500 mal armados.” (CENTURIÓN, 2005, p. 99).

Dentre os 4.500 paraguaios, 3.500 crianças de 6 a 15 anos – os *niños combatientes* – foram fundamentais na estratégia de fuga de Solano Lopez para Cerro Corá, retardando as tropas aliadas. No fim do embate, com um grande número de crianças moribundas no campo de batalha, o Conde d’Eu, num ato de extrema covardia “mandou incendiar a macega – no brasileiro, viam-se crianças feridas correr até caírem vítimas das chamas” (CHIAVENATO, 1988, p. 167). O saldo desta selvageria é relatado por Centurión:

Las llamas a esa hora devoraban una parte del campo donde murieron carbonizados muchos heridos. Y la porción no incendiada ofrecía a la vista el triste y doloroso espectáculo de muertos y heridos, esparcidos por doquier; aquellos, inertes: éstos palpitantes; lanzando gritos desgarradores de dolor y de desesperación en las ansias de la muerte (2005, p. 97).

Considerações finais

Ao finalizarmos este artigo, reforçamos o apelo inicial de compromisso com uma visão a partir da totalidade histórica como metodologia de fuga da pseudoconcreticidade (na concepção de Kosik (1976)) para romper com os padrões delineados pela história tradicional, buscando expor as trágicas consequências das relações de poder na Guerra contra o Paraguai, dando ênfase à história que nos foi suprimida: a do cotidiano, dos marginais, dos bastidores da realidade, dos povos subalternizados pelo poder do grande capital. A “outra história”, na concepção de Rudé (1982). Nesse sentido, apostamos na premissa de Almeida (2010, p. 159-160) quando afirma que, no âmbito acadêmico,

raramente teve lugar uma história que desse conta da vida, das aspirações e da subjetividade das pessoas comuns, dos coletivos sociais, dos pobres, dos “dominados”, o que deixou uma lacuna profunda na trajetória desses segmentos [...] no que diz respeito à forma pela qual os coletivos sociais vivenciam, concebem, interferem e interagem no âmbito da sua realidade, transformando-a e sendo transformada por ela.

Assim entendendo, para nós, a historiografia da Guerra contra o Paraguai tem, ainda, um terrível débito no que se refere ao registro do holocausto perpetrado contra o povo daquela nação. Não se trata de vitimizar o Paraguai, mas de resgatar a sua – e nossa – história para além dos fundamentos positivistas e do nacionalismo burguês que permeia boa parte das abordagens do conflito. A crueldade da guerra e os comportamentos idem não devem ser naturalizados como fazer guerreiro. Nesse sentido, pautando-nos nos princípios aqui evidenciados, cremos que a Guerra contra o Paraguai evidencia, entre outras coisas, dois fatos: a resistência heroica do povo paraguaio e a insana ferocidade dos interesses imperial-capitalistas em subordinar as recém-nações a seu jugo. A história o mostrou, não só desvelando o imprescindível financiamento do capital inglês no processo e o que isso significou para as nações envolvidas diretamente no processo. Vilaboy é contundente quando afirma que, como

resultado del proceso de penetración imperialista fue renaciendo el latifundio en gran escala y deformándose la estructura económica nacional, en consonancia con los intereses promovidos por la división internacional capitalista del trabajo (1984, p.177).

Com a oligarquia liberal burguesa no poder, o liberalismo se expandiu, o livre comércio implantado em Assunção (Paraguai) sacramentou os interesses imperialistas – principalmente britânicos – de conquista dos mercados da América do Sul. As bandeiras desfraldadas estampavam lemas como “civilização”, “progresso” e “modernização” não por acaso (ROMERO, 1970). Os imperialistas ingleses atingiam seus objetivos, mas à custa de muito sangue do povo guarani.

Referências

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **América Latina: Transnacionalização e Lutas Sociais no Alvorecer do Século XXI; da luta armada como política (o caso EZLN)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. **Memórias o Reminiscências Históricas de la Guerra del Paraguay**. v. IV. Asunción: Biblioteca Virtual del Paraguay, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio americano: A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. **A Guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. **História da Guerra do Brasil contra as Republicas do Uruguay e Paraguay. Considerações sobre o Exercito do Brasil e suas campanhas**. Volume IV. Livraria de A. G. Guimarães & Cia.: Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <http://migre.me/8XLQ4>. Acesso em 05/05/2012.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KOSIK, KAREL. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAESTRI, Mário. “Guerra contra o Paraguai: da instauração à restauração historiográfica”. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Ano II, nº 20, janeiro/2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/020/20hmaestri.htm>>. Acesso em 07 maio 2011.

POMER, León. **Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. **Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado**. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2001.

_____. **La Guerra del Paraguay. Gran negocio!** Buenos Aires: Calden, 1968.

ROMERO, José Luis. **El pensamiento político de la derecha latino-americana**. Buenos Aires Paidós, 1970.

RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

TAUNAY, Visconde de. **Campanha do Paraguay: Diario do exercito 1870**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

VILABOY, Sergio Guerra. **Paraguay: de La Independencia a La Dominacion Imperialista – 1811-1870**. Havana: Departamento de Ciencias Sociales, 1984.

NOTAS

¹ O neorrevisionismo é uma corrente historiográfica surgida nos anos noventa do século passado, e tem, no Brasil, hoje, Francisco Doratioto (2002) como um dos seus principais expoentes no que se refere à Guerra contra o Paraguai. Tal corrente contesta os posicionamentos do revisionismo, cujos maiores expoentes são Chiavenato (1988; 1996) e Pomer (1968; 1981; 2001).

Sobre os autores

José Rubens Mascarenhas de Almeida é doutor em Ciências Sociais pela PUCSP; docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; coordenador do GEILC/Museu Pedagógico da UESB e pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais da PUC-SP).

Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira é graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; pesquisador do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.

Ramon Trindade Pellegrini é graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; pesquisador do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.